

CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 04 ESTADO, POLÍTICA E SOCIEDADE

A CONDUÇÃO DA CRISE HUMANITÁRIA DO POVO YANOMAMI DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

Miguel Fernandes Soares de Oliveira

Faculdade La Salle Manaus

Nicolle Brucio Rodrigues

Faculdade La Salle Manaus

RESUMO

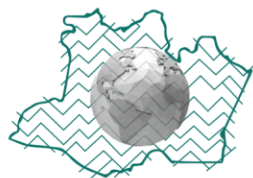
O artigo tem o objetivo analisar as políticas do governo Bolsonaro em relação à crise humanitária do povo Yanomami. A análise teve como base os conceitos de biopolítica (FOUCAULT, 1979) e de necropolítica (MBEMBE, 2018). Para a produção do artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos e livros. Após os estudos realizados, chegou-se à conclusão de que a condução da agenda político-ideológica de Bolsonaro pode ser compreendida à luz dos conceitos de biopolítica e necropolítica, ao realizar ações que resultaram na morte de diversos indígenas em prol do êxito ideológico e permanência no poder.

PALAVRAS-CHAVE

Governo Bolsonaro. Necropolítica. Yanomami. Biopolítica. Crise humanitária.

ABSTRACT:

The article aims to analyze the policies of the Bolsonaro government in relation to the humanitarian crisis of the Yanomami people. The analysis was based on the concepts of biopolitics (FOUCAULT, 1979) and necropolitics (MBEMBE, 2018). For the production of the article, a bibliographic research was carried out in articles and books. After the studies, it was concluded that the conduct of the political-ideological agenda of Bolsonaro can be understood in the light of the concepts of



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

biopolitics and necropolitics, actions that resulted in the death of several indigenous people in favor of ideological success and permanence in power.

KEYWORDS:

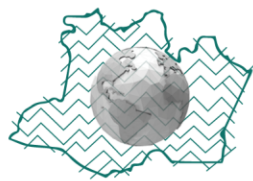
Bolsonaro government. Necropolitics. Yanomami. Biopolitics. humanitarian crisis

INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objetivo analisar a condução das políticas públicas do governo Bolsonaro em relação à crise humanitária no território Yanomami. A análise teve como base os conceitos de biopolítica, proposto pelo filósofo Michel Foucault (1979) e de necropolítica, criado pelo historiador Achille Mbembe (2018). A ideia fundamental está centrada no controle da vida sobre determinados grupos sociais, a fim de alcançar o êxito em objetivos políticos-ideológicos dos grupos dominantes.

Desse modo, revelou-se que as omissões e o descaso do governo Bolsonaro com os povos indígenas são orientados por interesses políticos, econômicos e ideológicos. Devido a essas concepções, o resultado foi a maior crise humanitária recente do Brasil: “o caso Yanomami”, o qual levou a morte de centenas de indígenas pertencentes a essa etnia. A crise humanitária envolveu desnutrição severa e doenças não tratadas, que ocorreram devido as atividades econômicas ilegais no território.

Atividades que puderam ocorrer sem a devida fiscalização do governo Bolsonaro, que fragilizou as instituições federais de proteção e apoio aos indígenas. Para a produção deste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos e livros para melhor compreensão conceitual da política pública, bem como, foram analisados reportagens, documentos e discursos para elucidar as ações e consequências das políticas do governo Bolsonaro sobre as populações indígenas, em especial a crise Yanomami.

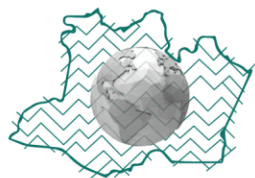


CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

O CASO DA TRIBO YANOMAMI

Os povos Ianomâmis se encontram nos estados do Amazonas e Roraima. Suas duas principais ameaças são o garimpo ilegal e o tráfico de drogas dentro de seu território. Devido a eles existe um alto índice de mercúrio contaminando as águas dos rios próximos e devido a alta quantidade de invasores de suas áreas protegidas, há contaminações de doenças por essas tribos, que possuem alta taxa de mortalidade devido sua pouca resistência. A luta pela proteção dessa etnia existe desde a década de 80, sendo o indígena e ativista Davi Kopenawa um forte nome dessa luta, sendo um dos principais responsáveis pelo reconhecimento oficial do território ianomâmi em 1992, e já levou diversos relatórios e denúncias à Organização das Nações Unidas (ONU), denunciando a atividade de garimpeiros ilegais em seus territórios.

Nosso pensamento fica emaranhado com palavras sobre os garimpeiros que comem a terra da floresta e sujam nossos rios, com palavras sobre colonos e fazendeiros que queimam todas as árvores para dar de comer a seu gado, com palavras sobre o governo que quer abrir nela novas estradas e arrancar minério da terra. Tememos a malária, a gripe e a tuberculose. Nossa mente fica o tempo todo centrada nas mercadorias. Os nossos passam muito tempo ansiosos em obter mercadorias: facões, machados, anzóis, panelas, redes, roupas, espingardas e munição. (Kopenawa, Albert, 2015, p.226).



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

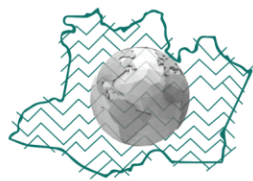
No ano de 2022 o povo Ianomâmi esteve em destaque nas mídias internacionais devido as consequências negativas da má gestão administrativa do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro que ocasionou um aumento expressivo nos índices de garimpo ilegal na região amazônica. Agentes públicos ligados ao Bolsonaro teriam facilitado o acesso de grupos de garimpeiros a essas terras, e reduziram o poder fiscalizatório dos órgãos responsáveis por essa função.

“Realmente, a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país. ”

Jair Bolsonaro, ex presidente.

A desassistência institucional causada pela falta de ações de fiscalização e punição do governo Bolsonaro gerou ainda mais caos. As denúncias partiram dos próprios yanomamis, cujas denúncias e provas foram encaminhados aos órgãos competentes que, ao verem ser de origem indígena, foram tratados de forma não urgente, o que causou o agravamento da crise. O então presidente Bolsonaro defendia a remarcação das terras indígenas a fim de incentivar o garimpo ilegal nessas regiões junto com o desmatamento. Tais ações podem ser vistas pela proposta de lei PL n. 191/20, que propõe a remarcação das terras indígenas para o uso econômico da área terrestre e hídrica.

Fica-se claro que as omissões voluntárias dos agentes do Estado em fornecer suprimentos às regiões, proteger os indígenas dos garimpeiros ilegais e coibir as ações deles constitui-se assim o crime de genocídio, segundo a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948. Tais ações foram de encontro até com a Constituição Federal de 1988, que diz que é papel do Estado a formulação de políticas públicas para preservar e garantir os direitos e demarcar as terras. Porém, o que se viu na prática foi ações diretas dos altos



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

membros do governo para a omissão e a diminuição das ações fiscalizatórias a fim de facilitar ações do comércio ilegal de minérios e madeira, o que era uma das bases econômicas o governo Bolsonaro.

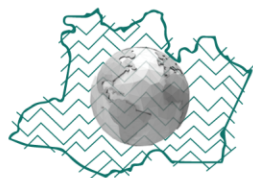
HISTÓRICO DA QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL MODERNO

Sob a ótica das duas teorias mencionadas, podemos analisar as ações da agenda político-ideológica do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Dentre as teorias, a que mais pode explicar suas ações é a teoria da necropolítica, visto que suas ações diretas e omissões propositais resultaram na crise humanitária da tribo Yanomami.

O histórico de políticas de quase extermínio da população indígena no Brasil se dá desde o período da colonização (1500), porém, na história recente do Brasil podemos citar o período da ditadura militar (1964-1985) com a construção da rodovia transamazônica (1969-1974), na qual houve o uso de forças do Estado brasileiro para a execução de diversas tribos indígenas que habitavam na região onde foi construído a rodovia.

Durante o governo Bolsonaro pudemos ver novamente esse ciclo histórico de violência e descaso com a população indígena. Devido a sua agenda de governo pautada da ideologia de viés extremista, um dos pontos principais seria a remarcação de terras indígenas a fim de facilitar os serviços de garimpo e desmatamento na região amazônica.

Com essas ações norteadas as políticas públicas de seu governo, seus seguidores que chefiavam cargos estratégicos em órgãos de proteção ambiental e ao indígena, como o Instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), iniciaram ações de dismantelamento desses órgãos e a diminuição dos serviços de fiscalização, o que resultaram em um acúmulo de problemas ambientais e sociais que culminaram na crise humanitária da etnia indígena Yanomami.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

Logo, podemos concluir que o Estado brasileiro sempre lidou com a população indígena de forma alheia às políticas da população comum, visto que no imaginário popular, ainda existem “índios”, no sentido de seres “selvagens” e não civilizados, o que daria de certa forma, autorização para o uso irrestrito das forças contra as populações nativas do Brasil, aumentando assim a violência das ações.

DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA

O conceito de biopoder ou biopolítica se fundamenta na ideia do controle da vida humana pelo Estado, a fim de atingir objetivos político-ideológicos por meio da manipulação de determinados grupos sociais, para que eles possam agir conforme a sua agenda política (FOUCAULT, 1979). Já a Necropolítica, pode ser entendida como uma vertente da biopolítica, porém, analisando a forma como a morte de determinados grupos pode ser usado também como forma de atingir objetivos de um governo ou grupo dominante (MBEMBE, 2011).

GOVERNO BOLSONARO E SUAS LIGAÇÕES COM A NECROPOLÍTICA

A agenda de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) foi marcada pelo extremismo ideológico em diversos temas, dentre eles a pauta indígena, que fora tratada de forma a reduzir ao máximo os seus direitos sobre as terras demarcadas e a diminuição dos serviços de fiscalização ambiental e dos serviços de proteção ao indígena.

Devido a esses norteadores, deu-se início as ações, que o professor Achille Mbembe descreve como Necropolítica, pois, tais políticas e omissões voluntárias direcionadas especificamente para as tribos nativas da região norte do Brasil, em especial à etnia Yanomami, resultaram em centenas de mortes e gerou condições de crise de direitos humanos. Tudo isso em prol de se alcançar o objetivo de melhorar as condições para elevar a porcentagem de garimpos ilegais e de desmatamentos com finalidades de criação de gado. Tais ações são explicadas por



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

Michel Foucault em sua obra nascimento da biopolítica no seguinte trecho “O limite de competência do governo será definido pelas fronteiras da utilidade de uma intervenção governamental” (FOUCAULT, 1978)

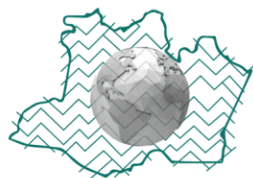
Seguindo essa linha de pensamento de Foucault, chegamos ao pensamento de Achille Mbembe a respeito da necropolítica, que pode explicar o fator morte na crise Yanomami, pois, segundo Mbembe quando o Estado ou um grupo dominante possui algum objetivo político-ideológico, se utilizará de instrumentos do Estado para subjugar os grupos aos quais se encontram impedindo sua realização (MBEMBE, 2011).

Isso pode ser comprovado com as ações omissas da FUNAI, PF e até mesmo o Exército brasileiro em suas funções de fiscalização e repressão à atividades ilegais nas áreas de proteção indígenas. O que favoreceu o fortalecimento de grupos de garimpeiros e de desmatadores, aumentando a violência contra os povos nativos da região norte do Brasil. Ocasionalmente na execução de diversas lideranças indígenas que iam contra essas atividades.

CONCLUSÕES

Após os estudos realizados, chegou-se à conclusão de que a condução da agenda político-ideológica de Bolsonaro pode ser compreendida à luz dos conceitos de biopolítica e necropolítica, ao realizar ações que resultaram na morte de diversos indígenas em prol do êxito ideológico e permanência no poder. Pois elas resultaram na morte direcionadas a um grupo específico e que tais mortes ocorreram de forma a atingir as metas de sua agenda de governo.

Com isso, relaciona-se com os fundamentos da necropolítica, visto que essas mortes serviram em prol do objetivo do governo Bolsonaro para a diminuição das áreas protegidas para a facilitação do garimpo e o aumento de áreas desmatadas, favorecendo políticos aliados o que garantiu a continuidade de seu governo mesmo passando por uma forte crise.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

O caso Yanomami entrou para a história como mais um caso de violência contra uma população que historicamente nunca foi tratada como brasileiros, a população indígena. A diferença desse caso com os anteriores, foi justamente sua repercussão, que gerou uma enorme indignação e reação internacional em contraste aos demais casos, que são arquivados e não recebem a devida atenção, o que gera ainda mais revolta e aumenta ainda mais a violência contra os indígenas.

A população yanomami sofreu muito desde o início do governo Bolsonaro devido sua ânsia de angariar apoio da “bancada do boi” e da “bancada da bala”, que colocou em risco toda uma população em nome disso. As mortes dos yanomami foram, além, de trágicas, simbólicas, pois representam mais um período violento contra esses que sempre estiveram vivendo da região de forma pacífica.

REFERÊNCIAS

Bartoli, Estevan. **O Amazonas e a Amazônia – geografia, sociedade e meio ambiente**. Rio de Janeiro: MEMVAV – 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris a 11 de dezembro de 1948

FOUCAULT, Paul-Michel. **Nascimento da Biopolítica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

Kopenawa, Albert, Bruce, Davi. Livro: **A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.

